

ANPUH – 2013

**Coordenadora do Simpósio Temático 100: Intelectuais no espaço ibero-americano:
projeto político e mediação cultural**

Instituição: UFF/FGV/CPDOC

**A “grande aliança”: um projeto político- pedagógico luso-brasileiro na Primeira
República**

Angela de Castro Gomes*

1- Brasil e Portugal: autores e livros para crianças

Em 1940, quando Portugal se preparava para as comemorações do Duplo Centenário do Mundo Português, Oliveira Salazar dirigiu um apelo ao governo do Brasil – então chefiado por Getúlio Vargas e em pleno Estado Novo –, para que o ajudasse a fazer as honras da casa, pois não poderia ser um convidado como os demais países. O Brasil atendeu ao pedido, edificando um pavilhão e mandando uma comitiva,. No ano seguinte, é a vez dos portugueses viajarem ao Brasil, enviando uma embaixada extraordinária da qual faziam parte destacados nomes da política do Estado Novo português. Nesse mesmo momento – agosto de 1941 – está no Rio de Janeiro, Antônio Ferro, que dirigia o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933, com objetivos muito semelhantes aos do Departamento de Imprensa e Propaganda brasileiro, o DIP, sob a direção de Lourival Fontes, existente desde 1939, e que possuía antecessores.¹

A visita teve inúmeros eventos, mas seu ponto alto foi a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, firmado entre o DIP e o SPN, em 4 de setembro de 1941. Por ele, seriam criados uma revista, *Atlântico*, e um Boletim mensal,. Também se estabeleceu que se faria trocas de emissões de rádio, de documentários cinematográficos e de informações, além da publicação de livros e da realização estudos, com destaque

* Angela de Castro Gomes é professora titular de História do Brasil da UFF e pesquisadora A1 do CNPq. Este texto integra o projeto que vem desenvolvendo sob os auspícios dessa agência financiadora.

¹ Sobre o assunto, entre outras referências, ver PAULO, Heloisa, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Livraria Minerva, 1994, cap. V.

sobre o folclore luso-brasileiro. Inúmeros intelectuais portugueses e brasileiros se envolveram nesse diversificado conjunto de iniciativas, que selava um antigo desejo de aproximação entre Brasil e Portugal, por meio de políticas no âmbito da cultura, um imenso e reconhecido capital simbólico a ser explorado com sólidas possibilidades de sucesso e duração.

Não é o caso de se retomar aqui a montagem e os desdobramentos desse acordo. O que nos interessa é apontar que foi nos anos 1940 que Portugal e Brasil realizaram um tipo de política pública na área da cultura, já idealizada e tentada anteriormente, sem grande sucesso, justamente por não contar com o apoio do Estado. Mas essa idéia vinha de longe. Segundo Sérgio de Campos Matos,² existira um projeto dos republicanos portugueses, que ganhara força após o Ultimatum inglês, elaborado como uma alternativa à dominação anglo-saxônica. Seu objetivo era organizar uma confederação de povos latinos, abrangendo os estados da América do Sul, muito em particular o Brasil. Portanto, na última década do século XIX, pode-se aventar que projetos desse tipo estivessem no “horizonte de possibilidades” de políticos e intelectuais, freqüentando a propaganda republicana em Portugal.

Uma referência interessante, na medida em que nossa personagem central, a escritora, editora e feminista, Ana de Castro Osório, era também uma militante republicana. Embora não se possa comprovar, é possível supor que tenha tido contato com tais idéias que, provavelmente, faziam parte do clima político da época, povoando as relações entre intelectuais brasileiros e portugueses. Contudo, o caso de Ana é particular, na medida em que ela se engajaria nessa causa, que vai nomear de “a minha propaganda” de aproximação entre Portugal e Brasil ou, simplesmente, “a grande aliança”.

2- Ana de Castro Osório: uma republicana e suas redes de sociabilidade intelectual

² MATOS, Sérgio de Campos. “Representações da crise finisecular em Portugal” em HOMEM, Amadeu C., SILVA, Armando Malheiro e ISAÍIA, Artur César (coords.) *A República no Brasil e em Portugal: 1889-1910*, Coimbra, Imprensa Universitária de Coimbra, 2007.

Ana de Castro Osório (1872-1935) é uma intelectual razoavelmente reconhecida e estudada em Portugal. Seu percurso como republicana se inicia com grande engajamento, desdobrando-se para uma crescente desilusão. Os trabalhos a ela dedicados se concentram no campo da literatura, enquanto, na história, privilegiam sua atuação como líder feminista. No caso desta pesquisa, o interesse maior é com sua face de autora e editora de manuais escolares e livros infantis que circularam em Portugal e também no Brasil.

Apesar desse fato, ela é praticamente uma desconhecida no Brasil, onde viveu entre 1911 e 1914, sendo alguns de seus livros adotados em escolas públicas. Sua proposta de aproximação entre os dois países passava predominantemente pela competência literária e pedagógica que possuía, sendo claramente uma ação no campo político-cultural. Dessa forma, tais esforços nos ajudam a entender, sob um ângulo bem específico, as possibilidades e obstáculos que povoavam as relações luso-brasileiras durante os anos 1910/20.

Ana de Castro Osório nasceu em família culta e de posses. Nos estudos biográficos a ela dedicados,³ registra-se sempre que, em 1897, ela montou uma editora: a “Livraria Editora Para Crianças”, em Setúbal, destinada a publicar uma coleção de literatura infantil que vinha produzindo, sob o título, “Para Crianças”. Tal coleção, uma iniciativa pioneira, reunia histórias maravilhosas e contos da tradição portuguesa. Tais livros foram editados às suas custas, e ela, além de vendê-los, distribuiu exemplares gratuitamente em escolas e outras instituições. Não é assim surpreendente seu engajamento nas lutas republicanas pela via da educação. Ela acaba se casando com um republicano, Paulino Gomes de Oliveira, jornalista e escritor, que se envolveria no levante revolucionário de janeiro de 1908, tendo que sair de Portugal e se exilar no Brasil, para onde voltaria depois de proclamada a República, em 1911, como cônsul em São Paulo.

A proposta deste texto é privilegiar uma face da militância de Ana, a da “grande aliança”. A nosso ver, ela a assumiu, em um determinado momento específico,

³ Entre outros: ESTEVES, João. “A coleção Castro Osório: Ana de Castro Osório (1872-1935) em Leituras, Revista da Biblioteca Nacional, n. 1, outono, 1997 e MEDEIROS, Fátima Ribeiro de. *Do fruto à raiz: uma introdução às histórias maravilhosas da tradição popular portuguesa recolhidas e recontadas por Ana de Castro Osório*, Setúbal, Gailivro, 2003. Ver também “Ana de Castro Osório: faleceu ontem ...” *O Século*, 24 de março de 1935, p. 2.

entendendo que seus fundamentos eram a língua e as tradições comuns, existentes entre o Brasil e Portugal, a serem propagadas por meio de modernos métodos pedagógicos. Seu investimento foi tanto intelectual como político e financeiro, abarcando, ao mesmo tempo, um projeto pessoal e familiar que buscava ganhos materiais e simbólicos, por meio de uma ação de defesa de princípios de coloração nacionalista e educativa, voltada para as crianças e as mães/mulheres.

A coleção “Para Crianças” concentrou grande parte dos esforços dessa intelectual, particularmente nas décadas de 1890 e 1900, bastando lembrar que foram lançados nada menos, nada mais que 18 volumes, pela “Livraria Editora Para Crianças”, sediada em Setúbal, onde Ana morava. Nesse caso, merece destaque, o lançamento, em 1903, do volume, *Contos tradicionais portugueses*, coletânea organizada inteiramente a partir de histórias da tradição oral de Portugal e voltada ao público infantil.⁴

Um feito que merece observação, uma vez que aponta para o fato de ela estar envolvida diretamente, mesmo que com todas as limitações que se possa reconhecer aos procedimentos da época, em um trabalho de recolha de contos da tradição oral popular portuguesa, além de realizar a “adaptação” de alguns deles, e de traduzir outros pertencentes ao folclore de diversos países, que circulavam em toda a Europa.⁵ O trabalho com o folclore, em fim do século XIX e início do XX, era reconhecido como um tipo de conhecimento fundado em procedimentos científicos advindos da etnografia, que consistia em recolher, para salvaguardar, os costumes de um povo, fossem eles festas, lendas, práticas alimentares, musicais, de vestuários, contos etc. Portanto, tratava-se de “sistematizar”, em linguagem “cult”, um antigo conjunto de saberes populares, transmitido basicamente pela oralidade e repetição, de geração a geração, e que permanecia “vivo” no imaginário das populações “simples”, principalmente as rurais. Esse projeto, que se organiza em movimento, mobilizando intelectuais

⁴ Na coleção “Para Crianças” os volumes 3, 4, 8, 12, 13 e 14 são *Contos tradicionais portugueses*; os volumes 2, 6 e 7 são *Contos maravilhosos* e os demais volumes têm títulos específicos como *Os animais* (vol. 10) e *As boas crianças* (vol. 9).

⁵ O livro de Fátima Medeiros estuda o trabalho da autora com esses contos tradicionais, destacando como muitos deles têm raízes em outros modelos literários, como é o caso das chamadas histórias maravilhosas. Dessa forma, quando escreve, Ana de Castro Osório se apropria de contos da tradição oral portuguesa, de contos de outras tradições nacionais e de narrativas de origens literárias de outra natureza, recontando-os e renovando-os e, em o fazendo, construindo uma literatura infanto-juvenil portuguesa que marcaria gerações de leitores. Estarei me utilizando muito desse valioso livro e agradeço a autora ter-me facilitado o acesso a ele.

internacionalmente, tem como objetivo “salvar” o patrimônio cultural “popular”, entendido como algo singular, típico e tradicional de certos grupos sociais nacionais. Era esse imenso “tesouro”, que se encontrava ameaçado de “perda” pelo avanço da urbanização e da industrialização, internacionalmente, que devia ser objeto de atenção, respeito, estudo e divulgação.

Tendo eclodido em vários países europeus no século XIX, o movimento folclorista vinculava-se ao pensamento conservador, exprimindo uma reação aos excessos desnacionalizadores do universalismo iluminista ou cientificista. O importante, no caso, é deixar claro que o trabalho literário e editorial de Ana de Castro Osório se insere nesse contexto mais amplo, que faz a conexão entre a figura do intelectual folclorista – como alguém voltado para o passado imemorial e popular de uma nação e para seu “povo” – e a figura do intelectual educador. Nesse caso, o povo e as crianças se aproximariam em sua simplicidade e curiosidade “pura”, tendo tais contos tradicionais um alto valor moral e educativo, e se constituindo “na pedra angular de toda a educação e cultura literária.”⁶ Portanto, todos aqueles que se dedicavam à missão civilizadora por meio da instrução primária, deviam acreditar, não só na possibilidade de realizá-la através da escola, pela alfabetização, como igualmente pela melhoria dos manuais escolares e da literatura infantil, essencial ao progresso educacional das crianças, desde a mais tenra idade.

Nessa chave, “Para Crianças”, coleção e editora, queria realizar uma grande obra educativa, articulando um projeto para a criação de uma “verdadeira” literatura infantil portuguesa, com preocupações de salvaguardar as mais “profundas” tradições de seu povo, que deveriam ser disseminadas, de forma culta, através de livros acessíveis e atraentes. Eles eram fascículos pequenos, escritos em linguagem clara e com apresentação gráfica bem cuidada, onde se destacava o trabalho de ilustradores competentes, entre os quais, o maior de todos, foi Leal Câmara. Mas as atividades editoriais de Ana não se esgotaram nessa iniciativa, pois depois de retornar viúva para

⁶ OSÓRIO, Ana de Castro, “A arte e a literatura na educação infantil”, *Minas Gerais*, 3 de outubro de 1912, p. 3. Nessa conferência, a tese de fundo da autora é a defesa do valor pedagógico do maravilhoso na educação infantil, rebatendo posição que negava a importância dessa produção, defendendo até mesmo que ela era prejudicial às crianças. Em sua conferência, Ana recita canções de ninar, quadras, poemas etc, da tradição portuguesa e brasileira, para evidenciar seus vínculos e intercessões, bem como o gosto “natural” da infância por elas.

Portugal, pois seu marido morre em 1914, em São Paulo, ela funda, em Lisboa, a “Lusitânia Editora Limitada”, que vai atuar durante os anos 1920.

Porém, antes de partir para o Brasil e já casada, ela tem seu livro, *A minha Pátria*, de 1904, aprovado como prêmio escolar em concurso do Ministério do Reino. Ele seria publicado em 1906, tornando-se muito comentado e elogiado, principalmente por seu primeiro capítulo, “O jardim de Jorge”, considerado uma belíssima lição de patriotismo. Na primeira década do século XX, portanto, Ana desenvolveu muitos esforços para se afirmar e viver das letras, ocupando-se em propagar sua produção e em conseguir bons contratos. Em outro concurso de prêmios escolares, realizado em 1908, seu livro, *A boa mãe*, seria também aprovado, reforçando sua presença em um circuito seleto de autores.

Paralelamente, investia em outra rede de sociabilidade poderosa, politicamente muito ativa na promoção do ideário republicano: a Maçonaria. Em 1907, ela foi iniciada na seção feminina da Loja Humanidade, vindo, posteriormente, a se tornar sua presidente. Sua ligação com a Maçonaria não se desfez durante o tempo em que passou no Brasil, já que quando retornou, fundou, em 1915, uma loja feminina – a Carolina Ângelo –, da qual foi Venerável, com o nome Leonor da Fonseca Pimentel. Esse vínculo poderia ter sido outro trunfo em sua estada no Brasil, mas foi impossível tentar mapeá-lo, ficando aqui apenas o registro.

É, por conseguinte, como uma escritora premiada, com vários livros publicados e com uma editora, que Ana, em 1908, assiste à fuga de seu marido para o Brasil. Esse fato, não interrompeu suas atividades literárias, escrevendo então *Uma lição de História*. Um livro estratégico para esta reflexão, pois ele seria impresso pela “Livraria Editora Para Crianças”, em 1909, com uma chamada especial na folha de rosto, logo abaixo do título: “Aprovado para leitura e prêmios escolares pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais”.

Ana nunca tinha ido ao Brasil. Portanto, o que fica patente é que a fuga de seu marido teve relação com a aprovação desse livro, caso contrário, os originais de *Uma lição de História* dificilmente chegariam às mãos do Conselho em Minas Gerais, que os aprova, mas não os publica. A primeira edição do livro foi impressa em Portugal, na editora de Ana, já com a advertência de sua adoção no Brasil. Em nossa pesquisa no

Fundo da Secretaria do Interior e Justiça de Minas Gerais, encontramos documentação que comprova as negociações então encetadas entre Paulino e o governo mineiro com referência a esse livro, bem como a outro – *Os nossos amigos* –, que atestam sua importação e circulação na rede de escolas públicas desse estado.⁷

De qualquer forma, o que se deseja destacar aqui é o fato de, no alvorecer da República portuguesa, Ana de Castro Osório ser uma escritora que conseguia ter livros aprovados em Portugal, ainda sob a Monarquia, e no Brasil republicano, em um dos estados de maior peso populacional e político da federação. Ela atravessaria o Atlântico em grande estilo, pois, do mesmo modo que em Portugal, no Brasil, ter livros aprovados pelas secretarias ou diretorias responsáveis pela Instrução Pública, não era coisa fácil, exigindo competência intelectual, mas igualmente relacionamento político.

A minha Pátria e Uma lição de História são livros que podem ser classificados como manuais cívico-patrióticos, um tipo de literatura muito valorizada e utilizada nas escolas de vários países. O patriotismo era, no vocabulário pedagógico e político da época, a palavra/sentimento que fazia com que a História se aproximasse da educação, mas com sua especificidade, que era a de trabalhar “através do tempo”. Porém, se a educação cívica não se confundia com a disciplina da História, ultrapassando-a, pois devia estar presente no ensino de todas as disciplinas, cabia à História um lugar muito especial na produção de um sentimento de amor à Pátria, pois ele se fundava fortemente no conhecimento e na valorização de um passado comum. A Pátria não devia ser confundida com o Estado, nem mesmo com a nação e suas leis, em sua dimensão político-administrativa. A Pátria era e devia ser entendida e sentida como uma comunidade afetiva, como uma entidade suprema e sagrada, objeto do respeito e amor dos cidadãos, sobretudo dos cidadãos republicanos.⁸ Dessa forma, o ensino de História com objetivos patrióticos era uma estratégia valiosa para a criação desse novo culto, dessa religião civil de inspiração liberal-iluminista, que era também compartilhada pelos

⁷ O estado de Minas Gerais passara por uma reforma do ensino primário sob o governo João Pinheiro, que implantou os Grupos Escolares e investiu na preparação de professores. Para se ter uma idéia, em 1909, momento que tratamos, 16 grupos escolares foram criados no estado.

⁸ CATROGA, Fernando. “Pátria, nação e nacionalismo” em SOBRAL, José Manoel e VALA, Jorge (orgs.) *Identidades nacionais: inclusão e exclusão*, Lisboa, ICS, 2010.



que abraçavam ideias científicas, com destaque, positivistas, tanto no Brasil como em Portugal.

3- No Brasil: São Paulo e Minas Gerais ante uma intelectual portuguesa

Nesse novo contexto, em 1911, Paulino de Oliveira é nomeado Cônsul de Portugal em São Paulo. A partir da chegada de Ana ao Brasil, procuraremos seguir seus movimentos na tessitura de uma rede de sociabilidade política e intelectual, tendo como hipótese que teria sido a partir deste momento que ela amadurece e investe em seu projeto, chamado anos depois, de “a grande aliança”. Suas bases cívico-patrióticas – a lusofonia e a educação feminina e infantil –, estarão sendo experimentadas e consolidadas desde então. Durante os anos em que morou em São Paulo, ela viajou para outros estados, e usou a correspondência como suporte e vínculo para relações intelectuais e financeiras, mantendo sua “Livraria Editora Para Crianças”, em Portugal.

Ana possuía contatos no Brasil e são esses contatos que se procurará acompanhar, tendo como fonte principal sua correspondência ativa e passiva, depositada na Biblioteca Nacional de Portugal. Um primeiro indício é a carta do “patrício” Avelino Fernandes, de 26 de maio de 1912, em resposta à missiva anterior de Ana, consultando-o sobre sua possível ida ao Congresso de Educação, que se realizaria em Belo Horizonte, no mesmo ano.⁹ A resposta é animadora: ela devia comparecer, em companhia do marido, apresentando seus trabalhos por meio de conferências, “cujos assuntos interessem o governo e os professores públicos do Estado”. O remetente informa que já lhe havia mandado o último regulamento referente ao ensino mineiro e traça o perfil do Secretário do Interior De Minas Gerais: “um apaixonado pelas coisas econômicas escolares” e pelo “assunto de agricultura, criações pastoris etc”, que ela, prevenida, poderia explorar em suas falas.

Por conseguinte, a carta é claríssima quanto à oportunidade que o Congresso oferecia, quer no que se refere à divulgação de ideias, quer no que envolvesse a realização de contatos políticos visando “negócios”, como os da aprovação de livros

⁹ Espólio da família Castro Osório, ESP N12-61, Biblioteca Nacional de Portugal.

escolares para a rede de ensino mineira e mesmo de outros estados do Brasil. Por fim, o “patrício” informa que já providenciara para que o convite fosse todo especial, saindo da Diretoria de Instrução e conclui a carta: “Não há dúvida que a honra é recíproca – sendo como são estrangeiros no país –, há, na realidade, grande destaque no convite à V. Exa. É minha opinião.”

Opinião acertada, pois Ana e seu marido de fato comparecem ao II Congresso Brasileiro de Instrução Pública Primária e Secundária, sediado em Belo Horizonte (o primeiro ocorrera em São Paulo e o terceiro seria na Bahia, em 1918), sendo os únicos convidados estrangeiros e, por isso, recebendo um tratamento todo especial. O Congresso foi um evento da maior importância, desenvolvendo-se entre 28 de setembro e 5 de outubro de 1912, contando com representantes de outros estados, como São Paulo, Bahia e Pará, além do Distrito Federal, e de muitos professores e diretores da rede escolar mineira.

O mais importante jornal do estado, o *Minas Gerais*, reserva-lhe uma cobertura minuciosa, seguindo passo a passo o trabalho das comissões; publicando, na íntegra, alguns dos discursos e conferências mais importantes; e acompanhando os congressistas nas diversas visitas que fazem a vários estabelecimentos escolares, com destaque a Escola Normal Modelo e o Instituto João Pinheiro, muito apreciados. A leitura dessas notícias não deixa dúvidas sobre a aposta política que estava sendo feita pelo governo do estado na área da educação, e de como esse foi um acontecimento que queria chamar a atenção do país. A cobertura do jornal também evidencia o destaque que o comparecimento de Ana de Castro Osório e seu marido receberam, na medida em que suas presenças eram sempre saudadas, em especial a de Ana. Em 28 de setembro, por exemplo, ela é apresentada à sociedade mineira por Leopoldo de Freitas, em artigo intitulado “Uma intelectual”.¹⁰ Suas idéias são classificadas como “liberais, democráticas e progressistas”, orientando-se pelo rumo da república, responsável pela atual “regeneração” de Portugal. A literatura para a infância, seu maior instrumento de luta, recebe grandes elogios, quer os livros destinados às crianças, sobretudo os de sua coleção; quer os que tocam em temas da atualidade, pois ela era também uma “publicista evolucionista” que, como tal, enfrentava “questões sociais do presente”.

¹⁰ *Minas Gerais*, 28 de setembro de 1912, p. 2 e 3.

Fica-se então sabendo que ela realizaria três conferências durante o evento: Regresso à terra; A literatura e a arte na educação infantil (transcrito na íntegra no exemplar de 3 de outubro); e A instrução nas escolas das cidades e do campo. Além disso, vale observar que, quando da visita dos congressistas à Escola Normal, o diretor discursa dirigindo-se especialmente a ela, como “ilustre e eminente representante do sexo feminino, neste auditório.”¹¹ Por fim, já após o término do congresso, em 11 de outubro, ela retorna a essa mesma Escola Normal para proferir uma palestra em agradecimento às provas de consideração que vinha recebendo, acompanhada do marido que “recita três de suas mais belas produções poéticas”.¹²

Sem a menor dúvida, essa foi uma oportunidade de ouro para o aprofundamento dos contatos da autora com autoridades da área da educação em vários estados, ou seja, de propagar suas idéias pedagógicas. Dessa forma, ainda nos mantendo no circuito mineiro, é esclarecedora a carta de Abílio Machado, de 31 de outubro de 1913, dando conta dos formosos livros que recebeu e dos elogiosos comentários que publicou no jornal *Minas Gerais*, sobre eles. Os livros eram: *Teatro infantil* e *Lendo e aprendendo*, considerados “inteiramente de acordo com o programa de Joviano, para a ministração eficaz e proveitosa de lições de coisas.”¹³

Lendo e aprendendo tem sua primeira edição em 1913, tendo sido feita em São Paulo, pela “Empresa de Propaganda Literária Luso-Brasileira”. A razão para esse fato está anunciada na folha de rosto do próprio livro, logo abaixo do título: “Livro ilustrado para leitura. Aprovado para Escolas Primárias do Estado de S. Paulo”.¹⁴ Não conseguimos rastrear os procedimentos que conduziram à aprovação desse livro, bem como de outro de grande sucesso: *Os nossos amigos*, que se constituía em parte da obra *A boa mãe* – escolhida em concurso de 1908, em Portugal –, e cuja segunda e terceira edições tinham sido aprovadas e adotadas nas escolas de São Paulo e Minas Gerais

¹¹ *Minas Gerais*, 1º de outubro de 1912, p. 3.

¹² *Minas Gerais*, 12 de outubro de 1912, p. 4.

¹³ Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 133, Biblioteca Nacional de Portugal. O Joviano citado é Aurélio R. Pires Joviano, um dos nomes que assina a aprovação de *Uma lição de História*, em 1908.

¹⁴ Estou trabalhando com uma edição da Biblioteca Nacional de Portugal. O escritório da editora ficava situado na Rua S. Bento, 21 - 2º, não se tendo mais dados desse empreendimento, nem se sabendo se ele se ligava à colônia portuguesa em S. Paulo.

“para leituras correntes e lições de coisas”, mas sem referências a datas.¹⁵ Mesmo não se podendo localizar os anos dessas duas edições de *Os nossos amigos*, nem saber ainda se elas foram feitas no Brasil ou em Portugal, é possível aventar a hipótese de que tenham ocorrido enquanto Ana morava no Brasil.

Dessa forma, é evidente e impressionante a rapidez e eficiência com que essa mulher se insere nos circuitos políticos e culturais brasileiros, mesmo se considerarmos que era esposa de um cônsul. Ela tem, entre 1908 e 1914, três livros aprovados por Conselhos de Instrução de dois estados brasileiros: Minas Gerais (*Uma lição de História e Nossos amigos*) e São Paulo (*Lendo e aprendendo* e *Nossos amigos*). Os anos de 1912 e 1913 parecem ter sido os de maior movimentação da autora, que, em setembro de 1913, está recebendo carta do Rio de Janeiro, de Thirstão Magalhães, aguardando o envio do livro *Lendo e aprendendo* para registrá-lo na Biblioteca Nacional do Brasil e, de posse de uma procuração oficial de Ana, encaminhar junto à Diretoria de Instrução Municipal sua adoção nas escolas públicas da capital federal, tal qual ocorrera em São Paulo.¹⁶

É interessante então especular quais seriam os fatores que contribuíam para os sucessos de Ana e quais eram os que a prejudicavam em seus intentos. Como fator facilitador, queremos apontar a carência de livros escolares em geral, e, em particular, de livros que se orientassem por uma moderna pedagogia, além de possuírem qualidades literárias e gráficas. No caso dos livros de Ana, que eram bem ilustrados e cuidados, o destaque era para o fato de se adequarem ao ensino pelo método intuitivo, chamado mais correntemente de “lições de coisas”.

Não poderia ser nosso objetivo aqui, examinar a forma e o conteúdo desses livros, mas vale notar que não faziam menções à religião, sendo narrativas que combinavam o elogio à natureza com a crença no poder da ciência. Eram textos modernos, que adotavam os valores de uma República laica como a brasileira e a

¹⁵ Estamos trabalhando com a quarta edição de *Nossos amigos*, Lisboa, Lusitânia Editora Ltda., 1922, pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal.

¹⁶ Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 135, Biblioteca Nacional de Portugal. Nesse momento, o responsável pela Diretoria de Instrução da capital federal era Ramiz Galvão, historiador e professor do Colégio Pedro II, que havia sido preceptor dos filhos da Princesa Isabel, antes do banimento ocorrido após a proclamação da República em novembro de 1889.

portuguesa, nas quais diretrizes liberais e cientificistas se combinavam, apostando-se, ao menos na retórica política, na educação como condição de progresso dos povos.

Entretanto, se a autora tinha a favor de si talento literário e conexões políticas, conquistando vários aliados, também encontrou dificuldades, tanto dentro da própria colônia portuguesa, como entre alguns intelectuais da educação, por razões que devem ser examinadas, pois se agravarão com o passar do tempo. É Thristão Magalhães, em carta de 1913, que nos dá algumas pistas sobre o clima vigente, após o 5 de outubro, no Brasil. Segundo ele,

aportam no Rio de Janeiro, umas aves de arribação com o fito de falar mal incondicionalmente na República Portuguesa, dando curso a mentiras de todo jeito. Esses especuladores, recebidos pela imprensa serviçal (...) com rufos e toques, ajuntaram-se aos obtusos que cá vivem adorando a ‘carcomida monarquia’, que o rei considerava sem monarquistas. Por essas e outras, os Zes Veríssimos se atrevem a publicar sandices sobre assuntos de que não entendem...¹⁷

Não poderia ficar mais claro o ambiente tenso, onde as crenças monarquistas eram alimentadas pela chegada de exilados. Por isso, o remetente previne Ana que faria esforços para conseguir a aprovação de seu livro, a despeito da “lusofobia” reinante, que era expressa pelos “Zés Veríssimos de minha terra.” Neste caso, ele se referia, generalizando, ao intelectual José Veríssimo, crítico literário de grande prestígio, que andava atacando a política portuguesa nas páginas de *O Imparcial*. Veríssimo era um republicano histórico, e um dos nomes mais consagrados da crítica literária do período. Ele escrevera um importante livro, *A educação nacional*, que teve duas edições: a primeira, de 1890, e a segunda, mais conhecida, de 1906.¹⁸ Nele fizera um diagnóstico da instrução pública no Brasil, considerando-a praticamente vazia de elementos

¹⁷ Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 135, Biblioteca Nacional de Portugal.

¹⁸ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*, Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906 (2 ed.), 206p. O livro ganharia, recentemente, uma terceira edição da Mercado Aberto Editora, Porto Alegre, 1985, Série Perspectivas, 14. Sobre esse livro, ver GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*, Belo Horizonte, Argvmentvm, 2009, capítulo III.

nacionais, porque dominada ou pelo “classicismo português” ou por textos cujos conteúdos nada diziam de “nossa terra”. Por conseguinte, para ele, uma nova literatura infantil deveria ser produzida no país, não apenas em linguagem acessível às crianças, como principalmente em linguagem “brasileira”. Os novos livros “nacionalizados” deveriam conter páginas de prosadores e poetas brasileiros, para que se pudesse efetivamente conhecer o solo, o clima, as produções, as leis, as instituições e as lutas dos brasileiros.

Dessa forma, verificamos que havia razões mais profundas na “lusofobia” de Veríssimo, que postulava que uma literatura escolar nacional precisava, não só ser feita por autores nacionais, como e principalmente falar de coisas nacionais, devendo o país libertar-se da dependência cultural que mantinha há séculos, com destaque de Portugal. Nesse projeto ele seria acompanhado por muitos outros intelectuais, no decorrer das décadas seguintes.

4- Os anos 1920, tempo de nacionalismos e modernismos

O fim dos anos 1910 e o início dos 1920 assinalam mudanças no panorama político-cultural no Brasil, demarcando tempos de nacionalismos e inovações artísticas e editoriais, muito menos numa chave de lusofobia, como no início do século, e muito mais na de experimentações e inovações “verdadeiramente brasileiras”. Ana de Castro Osório, em Portugal desde o início da Primeira Guerra Mundial, talvez não pudesse se aperceber dessa nova dinâmica, e insistisse, com alguma razão, no encaminhamento de seu projeto luso-brasileiro pelos livros e pela educação das crianças e mulheres.

Mais uma vez sua correspondência é preciosa, pois é o mesmo Thirstão Magalhães que lhe escreve do Rio de Janeiro, em dezembro de 1919, informando que seus livros da “Coleção Para Crianças” faziam sucesso entre os “petizes” e os professores da cidade, que os usavam para prêmios escolares pela “singeleza dos contos, a modicidade dos preços de venda e o bom trabalho de impressão e encadernação.”¹⁹ E, julgando que a autora tinha como “ganhar dinheiro” nesse filão, sugere algumas temáticas que considera fecundas para a propaganda luso-brasileira no Brasil. Embora

¹⁹ Espólio da família Castro Osório, ESP N12-135, Biblioteca Nacional de Portugal.

longa, a citação é preciosa:

“A jornada de Cabral” (gênero Minha Pátria, que tratará de apagar a versão do acaso na descoberta do Brasil); os “deputados brasileiros em Lisboa” (conterá considerações sobre o valor intelectual dos homens que, saídos do Rio, se salientaram nas cortes de Lisboa), “Um português brasileiro” (apreciações sobre José Clemente [Pereira], que aproveitarão à demonstrativa de que o português não prejudica o Brasil); “As duas Repúblicas” (num espírito em que se acentue como o 15 de novembro entusiasmou aos republicanos de Portugal e o 5 de outubro repercutiu magnificamente no Brasil, despertando o máximo necessário estreitamento das relações luso-brasileiras); “Raça esforçada” (a vida laboriosa do português no Brasil, o único emigrante que entra no território para aí formar família, expandir a raça (...)); “Um herói português no Paraguai” (a vitória de Barroso no Riachuelo) etc²⁰

Uma consulta à produção da autora mostra que ela não seguiu as sugestões do amigo, mas não porque se afastasse da ideia de elaborar livros destinados às crianças brasileiras. Esse é justamente o caso de um de seus títulos, preparado nos primeiros anos da década de 1920: *Viagens aventurosas de Felício e Felizarda ao Brasil, Lusitânia*, 1923. Em 1920, inclusive, ela estaria inscrevendo todo um conjunto de livros escolares seriados, no concurso aberto pela Direção Geral de Instrução de Portugal, oportunidade que, segundo ela, aguardava por 10 anos: *O livrinho encantador, Nossos amigos, Lendo e aprendendo e Viagem aventurosa de Felício e e Felizarda*.²¹

Em Portugal ela vivia um bom momento e, no que se referia ao Brasil, preparava-se para a realização de uma viagem, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, em 1922. Nessa ocasião ela vai realizar uma série de conferências, em diversas cidades, cujas temáticas são a mulher, a maternidade, o

²⁰ Idem.

²¹ Espólio da família Castro Osório, ESP N12-14, Biblioteca Nacional de Portugal.

urbanismo, o heroísmo dos portugueses e, a questão central, a “grande aliança” entre Brasil e Portugal, título de sua fala em São Paulo, em 8 de maio de 1923. Todo esse material seria reunido e publicado em livro, *A grande aliança*, Lisboa, Lusitânia, 1924. Trata-se de volume alentado, mas seu acolhimento foi bem variável. Algo já previsível, pois, em São Paulo, a Câmara de Comércio negou-se a patrociná-la quando de sua estada, alegando não se interessar por “ vaidades e ambições femininas”. Enfim, houve problemas nessa segunda e última estada no Brasil, e os ecos do livro, acreditamos, foram pequenos. O projeto de fazer da literatura brasileira e portuguesa uma só, fundamentando o ideal de engrandecimento da “raça” luso-brasileira pela língua e pela cultura comuns estava, na verdade, na contramão do que vinha acontecendo no Brasil.

É o que ela vai descobrir, ao se dirigir ao literato e editor Monteiro Lobato, em abril de 1925 e dele obter uma resposta categórica, em maio do mesmo ano.²² A assimetria do tom das duas cartas é espantosa. Ana dirige-se a Lobato cerimoniosamente para tratar de “assuntos que nos interessam”. Informa-o que a sua casa editora “vai entrar numa nova fase de progresso”, ficando sob a direção de seu filho, João de Castro. O objetivo da carta é promover uma ligação entre as editoras de cada um, que se dedicam especialmente “ao serviço da literatura infantil”, mas que vendem também todos os gêneros. Pergunta então a Lobato se deseja ser o editor de um livro que tem pronto e se passa quase todo no Brasil, cujo título é *Mundo novo*. Também pergunta se ele tem interesse em adquirir o direito de publicação dos livros da coleção “Viagens aventurosas de Felício e Felizarda”, da qual o segundo volume é sobre o Brasil. A seguir, indica que tem em estoque alguns exemplares dos livros, muito conhecidos no Brasil, *Lendo e aprendendo* e *Uma lição de História*, e se Lobato gostaria de recebê-los para venda. Por fim, “toma a liberdade” de enviar um volume de *A grande aliança*, para que ele o conheça, e conclui a carta “esperando que V. Exa. me diga se lhe convém e as condições em que o deseja.”

A resposta de Lobato é um balde de água fria, com toda a delicadeza. Primeiro, anuncia que a editora encontra-se, naquele momento, fora do mercado, “ocupada em imprimir obras já em domínio público, dramalhões (...) únicas coisas que o Brasil lê.” Assim, informa que não está examinando “nenhum negócio verdadeiramente editorial”

²² Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 132 e 131, respectivamente, Biblioteca Nacional de Portugal.

e, por tal razão, não pode fazer nada do que Ana propõe. Porém, isso não é o pior. A questão é que Lobato lhe explica que “visto que a ridícula reforma ortográfica que a República inventou é visceralmente repelida pelo nosso público”, não edita, nem imprime livros portugueses. Quanto à venda de livros brasileiros em Portugal, “é coisa que nem se sonha, não só por causa do câmbio, como porque a mentalidade dos dois países cada vez mais se antagoniza, e um não entende o outro.” Informa que sua casa editorial, com mais de 500 edições de sua propriedade, nunca vendeu um só livro em Portugal, “e nem procura fazê-lo, pois é tempo perdido.” A seu ver, toda a tentativa de um e outro lado seria um desastre completo. E finaliza como se escrevesse um epitáfio para “a grande aliança”: “Tenho, por isso, a impressão que o Brasil e Portugal caminham em direções contrárias e nunca mais se entenderão. (...) E disponha deste seu cordial admirador, Monteiro Lobato.”

A situação de Ana de Castro Osório, no ano de 1925, pessoal e financeira, não melhorou, e as incertezas de sua editora a levaram a outra tentativa de associação, dessa feita com a reconhecida Casa Editorial Lello & Irmão, da cidade do Porto.

Por motivo de saúde aconselham-me os médicos a não me preocupar como até aqui, com a gerência da casa editora, motivo porque desejava associar-me a sua que pudesse desenvolver o ramo de literatura infantil que tenho dedicado. Se a V. Exa. pode interessar o assunto (...) dando-me a certeza de que muito mais ainda [se pode] fazer no sentido editorial (...) exploramos – literatura infantil para as escolas e recreativa, em Portugal, colônias e Brasil, poderíamos combinar uma entrevista para acedermos as bases de um acordo.²³

A resposta da Lello & Irmãos, como a de Lobato, foi negativa, o que deve ter deixado a autora e editora em condições cada vez mais difíceis, ao que se somou o fim

²³ Carta de 28 de dezembro de 1925. Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 15, Biblioteca Nacional de Portugal.

da República portuguesa em 1926. Na época, ela já estava doente, vindo a falecer em 1935. Monteiro Lobato, como é sabido, foi premonitório em alguns assuntos, como o da existência de petróleo no Brasil. Mas, no caso da circulação de livros entre as duas “pátrias” de mesma língua, felizmente se enganou. É o que algum tempo depois constata a poetisa, educadora e viajante, Cecília Meirelles, em carta a Fernando de Azevedo, de 1934, relatando sua estada em Portugal. Entre outros aspectos da vida cultural, chamou sua atenção, causando-lhe espanto e admiração, a presença dos livros de Lobato e o quanto ele era lido e conhecido. Sinal que novos tempos viriam.